



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.031, DE 2021

Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.



SF/21585.72215-49

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se o inciso II, do artigo 3º; o inciso III do art. 4º; e os Incisos I e III, do §1º, do art. 5º da Medida Provisória 1031:

JUSTIFICAÇÃO

Deve ser mantido o Regime de Cotas. A Lei 12.783/2013, resultado da conversão da Medida Provisória 579/2012, estabeleceu o regime de cotas, que é fazer com que a energia gerada pelas concessões de geração prorrogadas, sob a égide dessa lei, fossem alocadas para todo o mercado cativo (as distribuidoras) a uma tarifa que refletisse o custo de operação e manutenção dessas concessões de usinas já amortizadas. Com essa medida, houve uma redução estrutural das tarifas de energia, isto é, reduziu-se a tarifa na geração. Logo, descotização, que ocorreria, ao se alterar o regime de exploração para exploração independente, é fazer com que essa energia possa ser comercializada a preços de mercado, desconsiderando que esta energia é oriunda de usinas já amortizadas, resultando no oposto da implementação das cotas, subida estrutural das tarifas de geração energia.

Sala das Comissões,

Senador Paulo Paim